

Paper do NAEA Volume 28

Projetos de desenvolvimento para a Amazônia e a expansão da dendeicultura

Claudiane de Fátima Melo de Sousa¹



RESUMO

No ano de 2004, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), um programa orientado para a diversificação da matriz energética brasileira. Como parte desse programa, em 2010 foi lançado o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil. Este programa teve forte impacto na Amazônia brasileira, pois a principal diretriz incluía a expansão da dendeicultura por meio de incentivos fiscais, linhas de créditos para a agricultura familiar e para as empresas produtoras e beneficiadoras de dendê. Os dois programas tinham como objetivo o desenvolvimento sustentável no meio rural, a geração de renda e a inclusão social. Com promessas de melhoria de vida e de renda, agricultores familiares foram incentivados a plantar dendê e muitas famílias fizeram contratos de compra e venda com grandes empresas do ramo. Este trabalho é um recorte de duas pesquisas que foram realizadas nos anos de 2013-2014; 2015-2019 o primeiro para minha dissertação de mestrado e o segundo para minha tese de doutorado. O recorte que aqui apresento chama atenção para os discursos que estão por trás do referido programa, discutindo à qual perspectiva de desenvolvimento este se alinha e ainda problematizar o imaginário sobre a Amazônia que em geral compõe parte do desenho de políticas de desenvolvimento que, via de regra, não tem levado a realidade socioeconômica da região em consideração. Por fim, contraponho as promessas do programa aos resultados obtidos e concluo que esse foi mais um programa de desenvolvimento que não logrou a inclusão social e econômica do homem e da mulher da região amazônica.

Palavras-chave: Dendeicultura. Biopalma. Biodiesel. Agricultura familiar. Desenvolvimento.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA. E-mail: nanni.sousa@gmail.com.

ABSTRACT

In 2004, the Brazilian government launched the National Biodiesel Production and Use Program (PNPB), a program aimed at diversifying the Brazilian energy matrix. As part of this program, the Sustainable Palm Oil Production Program in Brazil was launched in 2010. This program had a strong impact on the Brazilian Amazon, as the main guideline included the expansion of oil palm through tax incentives, credit lines for family farming and oil palm producers and beneficiaries. Both programs aimed at sustainable development in rural areas, income generation and social inclusion. With promises of improved living and income, family farmers were encouraged to plant oil palm and many families made purchase and sale agreements with large companies in the field. This paper is a clipping of two surveys that were conducted in the years 2013-2014; 2016-2018 the first for my master dissertation and the second for my doctoral dissertation. The clipping that I present here draws attention to the speeches that are behind this program, discussing to which development perspective it aligns itself and also problematizing the imaginary about the Amazon that are generally part of the design of development policies, which via rule has not taken socioeconomic reality into account. Finally, I contrast the program's promises with the results and conclude that this was another development program that failed to achieve the social and economic inclusion of men and women from the Amazon region.

Keywords: Dendeicultura. Biopalma. Biodiesel. Family farming. Development.

INTRODUÇÃO

(...) o programa que estamos lançando hoje abre um novo horizonte de possibilidades para o Brasil e para a região amazônica, em particular. E representa o casamento entre a proteção ambiental e a geração de renda e de emprego digno para milhares de pessoas que moram na Amazônia. Hoje, o brasileiro pode dizer com orgulho que consegue proteger aquele que é um dos maiores patrimônios naturais do Planeta, a sua floresta tropical.

Com essas palavras o então presidente da República do Brasil, Luis Inácio da Silva, o Lula, iniciou seu discurso no lançamento do Programa Sustentável de Produção de Palma de Óleo no Brasil, na cidade de Tomé-açu, Estado do Pará.

O Programa supramencionado é conhecido como Programa Palma de Óleo e é um desdobramento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) lançado em 2004 com o objetivo de implantar a cadeia produtiva do biodiesel no Brasil, diversificar a matriz energética e substituir o uso do diesel pelo biodiesel. De acordo com o governo Federal, este programa se orienta pelas seguintes diretrizes:

a) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através da geração de renda e emprego; b) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; c) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima (MDA, 2010a).

O Programa Palma de Óleo é de 2010 e, embora traga em seu título que se trata de um programa de abrangência nacional, tem se focado muito mais na região Norte. Este programa foi lançado com o objetivo de “Disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis” (MDA, 2010b).

É baseado em três diretrizes, preservação da Floresta e da Vegetação nativa; Expansão da produção integrada com agricultura familiar e estabelecimento de Territórios prioritários, incluindo, as áreas degradadas na Amazônia Legal e áreas utilizadas no plantio da cana de açúcar.

O Programa Palma de Óleo é composto por sete linhas: 1) Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo; 2) Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; 3) Ampliação da oferta de assistência técnica; 4) Aprimoramento dos instrumentos de crédito; 5) Regularização Ambiental; 6) Regularização Fundiária e 7) Câmara Setorial.

Essas sete linhas seriam sustentáculos para a implantação sustentável da Palma de Óleo e cada uma foi desenvolvida por determinados setores do governo e da sociedade civil. Por exemplo, as linhas um e dois estavam diretamente ligadas à pesquisa de desenvolvimento de tecnologia, ficando a primeira a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a segunda envolvia essa última, e também universidades públicas.

A linha três abrangia empresas e institutos públicos e privados de assistência técnica e extensão rural, bem como as empresas do ramo da dendeicultura que mantinham suas próprias equipes na assistência técnica dos agricultores que plantam dendê. A linha quatro diz respeito às linhas de crédito rural criadas pelo governo federal para atender à expansão da dendeicultura tanto por agricultores familiares como por empresas,

financiando para esses últimos inclusive plantas industriais para esmagamento do fruto e produção de óleo bruto.

A linha cinco nada mais era que o cumprimento do percentual de reserva legal, e o resguardo de plantar apenas em áreas já desflorestadas, ditas degradadas; a linha seis envolvia o Programa Terra Legal e prometia viabilizar a regularização fundiária para garantir o financiamento bancário para implantação do dendê e a linha sete diz respeito à câmara setorial vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e envolvia membros de todos os ministérios, do empresariado e da sociedade civil, funcionava com reuniões periódicas e tinha como objetivo acompanhar a implementação do programa bem como sugerir ao governo federal ações que viessem melhorar a cadeia de produção da palma de óleo.

Esse trabalho é um recorte de pesquisas que realizei para elaboração da minha dissertação de mestrado e também para o doutoramento. No recorte que aqui apresento pretendo apresentar uma avaliação do programa fazendo a comparação entre o discurso da política e a sua efetivação na prática.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2013-2014 e 2016-2018, e teve como método a etnografia e como metodologia a utilização das técnicas da observação participante e entrevistas etnográficas, que tem a particularidade da não diretividade e de partir de um tema, utilizando perguntas de aprofundamento por meio da técnica do gancho (GUBER, 2011).

O recorte que aqui apresento diz respeito apenas a dois locus de pesquisa, um no qual fiz etnografia, o assentamento rural Taperuçú nos anos de 2014 e 2018, localizado no município de São Domingos do Capim e o outro a comunidade Arauaí, no município de Moju e que tem a particularidade de ser a primeira comunidade rural no Estado do Pará a ter uma experiência de agricultura por contrato com uma empresa do ramo da dendeicultura.

A comunidade Arauaí foi muito utilizada para recrutamento de agricultores quando as empresas chegaram à região no advento do Programa Palma de Óleo. As empresas do ramo da dendeicultura na tentativa de conseguir convencer agricultores familiares a plantarem dendê faziam visitas técnicas ou intercâmbios levando outros agricultores para conhecerem a experiência de Arauaí e então apresentar relatos de sucesso e assim encorajar outros agricultores a plantarem dendê, meu contato com a comunidade foi num desses intercâmbios quando eu fazia observação participante.

Esses momentos eram sempre acompanhados por um técnico da empresa Agropalma, com quem eles mantêm o contrato, e consistia em alguns agricultores (escolhidos pela empresa) relatarem sua experiência com o plantio de dendê, não deixando de enfatizar que os quatro primeiros anos são de trabalho duro e árduo, mas que depois os ganhos compensam².

O artigo está organizado em seis seções, mais a introdução e as considerações finais. Na primeira seção concentro-me em três linhas do Programa Palma de Óleo, a) zoneamento agroecológico, b) ampliação da oferta de assistência técnica e c) aprimoramento dos instrumentos de crédito, trago os principais elementos que o governo apregoa acerca dessas

2 No mesmo período em que estive na referida comunidade ouvindo histórias de sucesso, os agricultores entraram em contato com o MDA para que esse interferisse no contrato com a empresa que de acordo com eles não estava dando renda para os agricultores devido ao alto custo de manutenção do dendê e ao endividamento com a empresa, que além de compradora do dendê é também fornecedora de insumos para os agricultores.

três linhas e faço a relação com a pesquisa de campo, ressaltando os elementos discursivos que subjazem essas linhas.

Na segunda parte do imaginário acerca da Amazônia para discutir sob qual perspectiva que o desenvolvimento da dendeicultura está ancorado. Em seguida contrasto os dados de campo com outras pesquisas e mais uma vez faço uma discussão acerca das armadilhas retóricas que o programa Palma de Óleo traz.

Nas partes três, quatro e cinco apresento os dados de campo no que concerne ao plantio do dendê por agricultores familiares, trago informações sobre o financiamento, o contrato, a organização do trabalho e a perspectiva dos agricultores acerca do plantio do dendê. Na sexta parte volto a falar de modo geral do programa já caminhando para o que apresentei nas conclusões, ou seja, apesar das promessas de desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento para os agricultores e para a região permanece como utopia.

LINHAS DO PROGRAMA PALMA DE ÓLEO

Como pode ser apreendido das diretrizes do PNPB, da fala destacada do então presidente da república e dos objetivos do Programa Palma de Óleo, a expansão da dendeicultura está amplamente ancorada no discurso do desenvolvimento sustentável, ou seja, promete crescimento econômico, com proteção ambiental e inclusão social.

Com discursos alinhados a essa matriz, somado ao imaginário que se tem da Amazônia acerca de a despeito de sua imensurável riqueza, ter baixos índices de desenvolvimento, áreas extensas a serem ocupadas e uma floresta exuberante que hoje precisa de ações salvadoras.

O desmatamento da Amazônia ganha as manchetes de jornais tanto nacional quanto internacionalmente, contudo, as atividades geradoras do desmatamento são mantidas ocultas pelo discurso midiático e oficial. Fala-se de desmatamento como se a exploração fosse apenas para extração da madeira, ignoram que os grandes projetos que chegam à região, prometendo desenvolvimento, acabam com milhares de quilômetros de florestas, de fauna, flora e de povoados tradicionais e povos indígenas. Vejamos mais este trecho do discurso do presidente Lula.

(...) a produção ordenada do óleo de palma, realizada dentro de rígidos parâmetros ambientais e sociais, como os que estão previstos neste programa, será mais um importante vetor de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e será, sobretudo, um grande aliado no combate ao desmatamento (Secretaria de imprensa, 2010, p. 5).

Nesta fala o então presidente está se referindo ao Zoneamento Agroecológico do dendezeiro (ZAE-dendê) para as áreas desmatadas da Amazônia Legal, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), consistindo na primeira linha do Programa Palma de Óleo, que acordo com o documento produzido pela Embrapa:

é uma ferramenta fundamental para a criação de mecanismos de orientação à implementação da cadeia de produção de óleo de dendê. Para a Amazônia Legal, em particular, constitui a base técnico-científica para se buscar a sustentabilidade em bases social, econômica e ambiental, pela indicação das terras mais adequadas à produção agrícola da cultura do dendezeiro (EMBRAPA, 2010, p. 6).

O ZAE-dendê foi realizado com base no cruzamento das condições climáticas e edafológicas adequadas às exigências do dendê. A Embrapa defende que o zoneamento é uma ferramenta que cria mecanismos de orientação para implementação da cadeia de produção de palma de óleo e seria fundamental para a produção sustentável.

Produção sustentável para quem? Pergunto. Em quesito de sustentabilidade pode-se ter um leque de orientações. A sustentabilidade que se procura é para os negócios do dendê? É para o plantio do dendê? Ou seja, garantir que ele seja implantado apenas em regiões com as condições edafoclimáticas adequadas e assim reduzir os custos de produção e garantir rentabilidade produtiva. Ou sustentabilidade do ponto de vista amplo, considerando o meio ambiente e social, as questões étnicas, a biodiversidade e a proteção da cultura local?

O texto do zoneamento não parece ser orientado por questões ligadas ao meu último questionamento, haja vista que ele foi produzido a partir do cruzamento das condições de clima e solo conforme as necessidades do dendezeiro. Desta forma, o zoneamento ficou dividido em dois níveis de manejo, o manejo B que emprega práticas agrícolas com médio uso tecnológico e o manejo C que emprega práticas agrícolas com alto nível tecnológico; caracterizando-se pela aplicação intensiva de capital e de tecnologias para manejo.

Além dos níveis de manejo, o zoneamento foi definido em quatro classes, a Preferencial, com potencial alto de produção; a Regular, com médio potencial, em que solos apresentam moderada limitação para a produção sustentada do dendê; a Marginal apresenta solos com fortes limitações para a produção sustentada do dendê e a Inapta, que apresenta condições de solo e clima desfavoráveis, tornando inviável a produção econômica do dendezeiro.

Podemos ver que, apesar de ser chamado pela Embrapa como zoneamento agroecológico, o zoneamento em si não tem nenhum princípio ligado à agroecologia. O termo agroecológico foi utilizado como um recurso discursivo, que tem o fim de convencer e não informar, como é próprio da linguagem da política, linguagem esta em que os termos utilizados refletem determinados valores sociais e culturais que não são meros adornos nas frases, são instrumentos de poder exercidos pela linguagem (APTHORPE, 1997).

Além do Zoneamento Agroecológico, a expansão da dendeicultura contou com a linha instrumentos de créditos em que o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu normas para a concessão de crédito para implantação de dendê por agricultores familiares por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e também linhas de crédito para as empresas, oferecendo vantagens e menores juros para as empresas detentoras do Selo Combustível Social (SCS).

O SCS seria a garantia da dimensão social do PNPB e é uma das bandeiras mais tremuladas pelo governo e pelos entusiastas tanto do PNPB quanto da expansão da dendeicultura e de seu atrelamento à agricultura familiar, pois, entendem o mecanismo do selo como um diferencial do PNPB e uma experiência inédita que aliará produção sustentável com inclusão social (ANDRADE, 2010; MONTEIRO et al, 2013; SIMAS, PENTEADO, 2012).

Alfredo Homma (2010; 2012) defende que a dendeicultura inaugura um novo ciclo econômico, e abre possibilidades de respostas a uma questão global (o aquecimento global) e ainda diminuiria o passivo ambiental na Amazônia. Homma e outros autores, também consideram a dendeicultura uma oportunidade de geração de renda e inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia. (ANDRADE, 2010; HOMMA, et al, 2014; MONTEIRO, 2013).

A dendeicultura como vetor de desenvolvimento, um desenvolvimento adjetivado pelo sustentável, é defendido não apenas por governantes, mas também por uma parcela da academia, e obviamente pelas empresas, desse entusiasmo e das diretrizes governamentais, indagamos: a dendeicultura constitui realmente uma saída viável para a agricultura familiar? O desenvolvimento propalado é realmente significativo e interessante para a região? Ou seja, é realmente desenvolvimento? Para os defensores da dendeicultura o que é desenvolvimento sustentável? O que é inclusão social? O que é Amazônia?

Estas questões serão tratadas pontualmente, confrontando dados etnográficos e outras pesquisas, pois se há muitos discursos em defesa da expansão da dendeicultura, há também muitas vozes dissonantes e não apenas que ecoam da sociedade em geral, mas também da academia e dos próprios agricultores integrados e também de agentes públicos que como tal, representam o governo, mas não necessariamente convergem suas ações aos interesses do Estado, que aqui não é compreendido como monolítico.

DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO DA DENDEICULTURA

Começaremos a delinear nossas respostas pela indagação final: O que é Amazônia? Fica claro que para estes atores a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, uma reserva de biodiversidade ameaçada pela ação predatória da extração de madeira e que como um estoque fenomenal de biodiversidade precisa de ações que visem sua conservação.

Para estes, paradoxalmente, o dendê, cultura industrial e que tem seu sistema de produção amplamente ancorado no alto uso de insumos e baseado no sistema de monocultivo é desvelado e posto como a salvação da floresta, tendo em vista que seu cultivo seria apenas em áreas degradadas. Das características mais propaladas acerca da floresta amazônica, a sua rica biodiversidade, não é considerada nesse projeto de “recuperação ambiental” que sequer tem sustentabilidade e coerência discursiva, vem se impondo e sendo exaustivamente repetido até por figuras instruídas e respeitáveis, tanto no mundo acadêmico, como na sociedade mais ampla.

Aqui o discurso da *terra incógnita* que precisa ser conquistada, a natureza rica, exuberante e inesgotável ávida por ser explorada e transformada em riqueza capital (ARAGÓN, 2013) é substituída pelo utilitarismo do desenvolvimento com bases ambientais, em que a Amazônia assume papel geopolítico na mitigação dos problemas derivados das mudanças climáticas (IBDEM, 2013), desta vez o protagonismo não se deve à floresta, mas às terras disponíveis, desflorestadas e degradadas.

Terra disponível, este é um dos maiores mitos sobre a Amazônia, pois está diretamente ligada à noção de vazio demográfico que subjaz mais uma das noções preconcebidas sobre a Amazônia. Do mesmo modo que na visão do colonizador este vazio deveria ser recoberto por ações que levasse ao progresso, o discurso das terras degradadas anuncia a ação salvadora e progressista da recuperação ambiental.

Luis Aragón (2013) afirma que a noção de vazio demográfico não se restringe à suposta falta de gente, mas envolve a negação do homem local e de sua cultura. Vejamos que o ZAE foi elaborado basicamente pelo cruzamento da aptidão climática com a aptidão das terras para o dendezeiro, recomendando seu plantio nas áreas já desmatadas, sem levar em consideração o meio cultural.

As práticas da agricultura familiar não foram sequer consideradas, quem vive e como viviam as comunidades tradicionais não constam desse zoneamento que é puramente ligado a fatores climáticos e edáficos e que, portanto, nem poderia ser chamados de agroecológico.

Termos que remetem à agroecologia, assim como desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado sem critérios e sem reflexões. Os termos Agroecologia, agroecológico tem sido esvaziados de sentido e utilizados como jargão e moda bem como, se detido reprodução de termos chaves que não são meras reproduções de termos, tem a função de onde a política falha como prática, ser bem sucedida como composição ou código (APTHORPE, 1997).

Levando em consideração os princípios agroecológicos, não se pode considerar o zoneamento agroecológico e sim edafoclimático, pois este zoneamento realizado pela Embrapa não leva em consideração nem princípios, nem diretrizes, e é um atentado aos elementos mínimos constitutivos da agroecologia, que além de ecológicos, são também sociais e econômicos (ALTIERE, 2004).

Conforme afirma Miguel Altieri, - “Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos” (ALTIERE, p. 27).

Com isso entramos na questão: O que é desenvolvimento sustentável? A questão é demasiadamente complexa para ser respondida de pronto. Para a academia pode ser muitas coisas, ou pode ser nada. Mas, para os defensores da expansão da dendeicultura é basicamente o dendê, que recebe a nomenclatura de floresta plantada, procurando ocultando os malefícios ambientais de uma monocultura em uma região conhecida por sua sociobiodiversidade.

O desenvolvimento sustentável para estes se resume ao plantio do dendê em áreas consideradas degradadas. Todavia, observemos que para servir ao discurso da expansão da dendeicultura o termo degradado é manipulado de acordo com a conveniência. Por exemplo, atualmente as empresas exigem que cada agricultor familiar plante dez hectares, para isso, em cumprimento à legislação ambiental, cada agricultor precisa dispor de pelo menos, vinte e cinco hectares, dos quais, pelo menos dez sejam desflorestados.

Caso o agricultor não disponha de toda essa área, ele pode abrir um roçado e completar a área, como informa um dos empregados da Biopalma, “por exemplo, deu seis, oito hectares, aí ele plantou uma mandioca ano passado, aí agora esse ano ele arranca a mandioca, dá os dez, aí ele já entra”. (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

O ZAE leva em consideração a retirada da vegetação nativa, se por um acaso houver um pomar, este pode ser substituído por dendê, pois essa área pode ser caracterizada como degradada. A Embrapa não adota isso, afirma que áreas de pastagem devem ser reconvertidas em plantios de dendê, mas na prática o fato da floresta nativa ter sido tirada abre possibilidades para que muitas áreas sejam utilizadas sob o pretexto de que estavam degradadas.

E mais, há forte ênfase de que com o dendê novas áreas deixarão de ser abertas, e isso se aplica para diversas culturas, inclusive as culturas alimentares. Em campo percebemos que o discurso sobre o dendê como mecanismo de preservação ambiental já está sendo reproduzido por agricultores, como ressalta um de nossos interlocutores “os agricultores, que no Taperuçu que investiram em dendê, nesse período não queimaram roça, e aí o meio ambiente pede pra num queimar/evitar queimadas”. (Pesquisa de campo, maio de 2014).

Essa não abertura de novas áreas indica que novos roçados de mandioca não foram feitos, já que a agricultura ainda praticada pela maioria das famílias de agricultores amazônidas é do tipo corta e queima. Os agricultores também vão se apropriando do discurso da sustentabilidade e dando novas conotações e alinhando ao seu projeto de futuro, à sua vivência e as suas práticas, até defendendo a expansão da dendeicultura como uma atividade sustentável.

Sustentabilidade é aquilo que não precisa se arrancar o pé. (...) eu penso nos meus filhos porque eu sou um agricultor e meus filhos tão se desenvolvendo nos estudos e mais lá na frente o dendê tem condições de pagar uma faculdade pra eles, e roça de mandioca não paga, não é nada contra entendeu? (Agricultor familiar, entrevista concedida em julho de 2014).

Por fim, colocamos a discussão sobre o desenvolvimento, sem adjetivos, pois, ao fim e ao cabo o projeto de expansão da dendeicultura é alinhado à ideia de desenvolvimento para a região Amazônica e se assenta em métodos e ações que remetem às origens do desenvolvimento ainda no iluminismo, perpassam pela ideia de progresso e chegam ao desenvolvimento como crescimento econômico (CASTRO, 2012), mas agora revestido pelo manto protetor do desenvolvimento sustentável.

Dentro desse quadro, de crescimento econômico, desenvolvimento e capitalismo, a Amazônia aparece como uma região de fronteira, mas fronteira para a produção capitalista. A tragédia maior é certamente a incapacidade de se pensar para além dos parâmetros coloniais que tem informado as estratégias de agentes públicos e privados, as políticas e as ações direcionadas para esta região (CASTRO et al, 2018, p. 8).

Sobre expansão da dendeicultura e desenvolvimento, João Nahum e Cleison Bastos (2014) asseveram que a expansão da dendeicultura na Amazônia é a reinvenção de um projeto de desenvolvimento já experienciado na Amazônia na década de 1970. Esse projeto, aliado à falta de perspectiva dos camponeses, e de políticas de desenvolvimento local, os levarão à descampenização.

Nahum e Bastos compreendem a descampenização como “a formação de um campo sem camponeses que, paulatinamente, metamorfoseiam-se em trabalhadores para o capital na forma de trabalhadores assalariados das empresas ou mesmo associando-se aos projetos de agricultura familiar” (p. 471).

Não concordamos com esse posicionamento, pois entendemos o campesinato para além da dimensão da produção e da reprodução da força de trabalho. Compreendemos o campesinato em sua dimensão moral e subjetiva, na qual a produção é orientada por princípios e valores que são moldados por uma racionalidade específica e um modo peculiar de se relacionar com a terra e de criar, recriar e reproduzir valor (COSTA, 2012; WOORTMANN, 1988; WOORTMANN, WOORTMANN, 1997).

No entanto, não podemos deixar de considerar as preocupações dos autores no que concerne às políticas orientadas para o desenvolvimento rural, tendo como foco as especificidades locais. Cultura local, não seria uma dimensão do desenvolvimento sustentável? Formalmente sim, mas como já explicitou Edna Castro em citação anterior, o desenvolvimento sustentável, em nossa sociedade, permanece como uma utopia.

Podemos considerar que a expansão da dendeicultura se impõe como um sistema agrário, tendo em vista que os arranjos institucionais forjados para sua implementação conjugam regras formais para o uso dos recursos naturais, do conhecimento tecnológico e laboral, e ainda são criadas novas relações fundiária e mecanismo de acesso ao crédito e assistência técnica (COSTA, 2009).

Esse sistema agrário deveria ser voltado para o desenvolvimento da região Amazônica, com geração de trabalho e renda, logo, com inclusão social. Todavia, a expansão da dendecultura se constitui uma saída viável para a agricultura familiar? É um projeto interessante para o desenvolvimento da região?

Alfredo Homma e João Nahum, aqui citado anteriormente, já abrem controvérsias quanto às respostas a essas indagações. Porém, para além das considerações desses autores, nossa pesquisa confronta o discurso da viabilidade social e econômica a práticas que vem ocorrendo nessa relação empresas e agricultores familiares.

AGRICULTURA FAMILIAR E A EXPANSÃO DA DENDECULTURA

Começaremos por responder à indagação: A expansão da dendecultura se constitui uma saída viável para a agricultura familiar? Nosso recorte envolve famílias que estão diretamente ligadas a empreendimentos de grande envergadura, como é o projeto da empresa Biopalma.

O nosso programa é o seguinte é... a VALE, Biopalma ela precisa plantar sessenta mil próprio e vinte mil hectares pra Agricultura familiar, ou seja, são duas mil famílias (...) Esses vinte mil hectares no negócio da Biopalma corresponde a vinte e cinco por cento, então não é um negocinho, tá! Tu tá atuando em 10 municípios, então é considerável o que tu tá levando de melhoria pra esse público. Vai alavancar por quê? tu/ele não vai mais precisar correr atrás de pra quem vender. Um dos problemas da agricultura é, eu vou produzir pra quem eu vou vender, né? (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

Em virtude da aquisição do Selo Combustível Social, as empresas têm empreendido estratégias para cooptar famílias para produzirem o dendê e fornecer-lhes. A esta relação as empresas chamam de parceria.

Parceria por quê? Desde o princípio foi pregado que a relação entre as empresas e as famílias seria de reciprocidade. As empresas forneceriam as mudas, os insumos e a assistência técnica. As famílias produziram de acordo com as recomendações técnicas e venderiam para a empresa “parceira”.

Uma conjugação que parecia perfeita, tendo em vista que para além de uma relação de mercado, encerrada na compra e na venda, essa relação seria em que a empresa ajudaria as famílias, doando as mudas e entrando com assistência técnica, como ressaltou Lula em seu discurso: “Ô, gente, é um programa extraordinário. Você vai receber a muda sem pagar nada por ela, você vai receber assistência técnica, você vai plantar. Depois, você tem já o comprador garantido” (Secretaria de imprensa, p. 11).

Mas, o que vem ocorrendo é bem diferente do que foi disseminado nesta audiência que de certa maneira foi um espaço, também, de recrutamento com o dirigente máximo da nação dando garantias de que o programa era bom, interessante e viável. Hoje, tudo, exatamente, tudo é pago, ainda assim, os agricultores enxergam alguma parceria.

(...) a empresa ela nos fornece o adubo do preço que ela compra, que ela compra de lote. É então o adubo mais caro que chegou agora pra gente foi R\$ 1,26 [cada quilo]. (...) Esse adubo ele vem tudo ai, dividido nas parcelas, é pago incluído no projeto. (...) o banco deposita na conta da Biopalma, assina uma documentação que tem lá/que eles preparam, ai o banco libera pra conta da Biopalma. Na realidade o adubo deles tá bom, porque se a gente fosse comprar individual, tá de dois e pouco esse adubo ai. Tá, até tá sendo parceria isso, mas nas outras

coisas meu irmão é fatal! (Pesquisa de campo, maio de 2014).

Na citação anterior um agricultor relata como é a relação com a empresa no que tange à aquisição dos adubos. Os adubos são financiados pelo agente financeiro e liberados conforme a necessidade definida pela empresa. A empresa Biopalma presta assistência técnica e fornece os adubos, aí ela faz o laudo de liberação do adubo, entrega o laudo ao banco e recebe pelo valor do adubo que teria fornecido aos agricultores.

No próximo tópico falaremos mais detidamente sobre essa relação, onde explicitaremos de modo geral como vem se dando essa parceria que envolve dois agentes em posições muito distintas e em escalas muito diferentes no que tange às relações de poder, de um lado uma grande corporação e de outro, agricultores familiares desassistidos até pelos seus sindicatos.

ASPECTOS GERAIS DA “PARCERIA”

Rui Gomes Júnior e Rafael Barra (2010) asseveram que ao se integrar ao agronegócio do dendê a agricultura familiar deverá trabalhar sob mecanismos empresariais. Os autores são contundentes ao descrever quais os procedimentos que a agricultura familiar deverá adotar para lograrem êxito na produção do dendê:

- Planejamento em nível operacional das atividades da propriedade – os produtores deverão saber quais atividades deverão ser executadas em cada período do ano e a demanda de equipamentos e mão de obra para cada atividade e em cada período.
- Adotar procedimentos como cumprir prazos e atingir metas – o atraso na execução de atividades acarretará em prejuízos ao agricultor, a outros agricultores vizinhos e a agroindústria. O atraso da execução das atividades de manejo da cultura como coroamento, rebaixo e adubação resultarão em plantações com baixo desempenho. O atraso na colheita afetará a qualidade do produto e a logística de transporte da safra, prejudicando outros produtores envolvidos no fechamento da carga e a agroindústria pela queda na qualidade de óleo.
- Adotar tecnologias adequadas - o agricultor deverá estar acessível e executar tecnologias conforme treinamento disponibilizado pela agroindústria agregada, agências de ATER ou empresas de pesquisa. A adoção de tecnologias não validadas é um grande risco para o produtor (Ibidem, p. 9).

O primeiro choque é de racionalidades, pois essa “parceria” está envolta no encontro de duas racionalidades distintas. A do grande capital, e a da reprodução camponesa, todavia, a empresa com o contrato de “parceria” se reveste de legitimidade para impor suas regras sobre o trabalho, a terra e as decisões da família “parceira”.

Desde o contrato, até o financiamento e como esse financiamento será utilizado, é a empresa que decide. Sob o pretexto de que dispõe dos conhecimentos técnicos a empresa elabora um projeto super favorável a ela e completamente desfavorável às famílias.

Inicialmente o valor financiado para o dendê chegava a R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por hectare, com financiamento no máximo de R\$ 65.000 (sessenta e cinco mil reais). Atualmente estes valores são na ordem de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), respectivamente.

Os valores que vamos trabalhar aqui se referem ao primeiro limite, e apresentaremos dados coletados de uma cédula de crédito de uma agricultora que contratou em 2011 o financiamento. Financiamento este que contemplou a aquisição de mudas, fertilizantes para dois anos da cultura, mão-de-obra, também para dois anos da cultura e outros materiais.

O financiamento para a cultura do dendê é alto, e mesmo assim não supre todas as despesas exigidas. Muitos itens deixam de ser financiados e tem que ser adquiridos pelos agricultores, além do que o financiamento só vem ocorrendo até o segundo ano da cultura, período em que ela ainda nem começou a produzir.

Dos itens financiados as mudas somam um total de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais), a semente de puerária (*Pueraria phaseoloides*) R\$ 300,00 (trezentos reais) e fertilizantes NPK, Arad e fosfato reativo, para os dois anos da cultura, R\$ 25.520,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte reais), somam-se a estes valores os custos da semente de puerária e das luvas, e chega-se à cifra de R\$ 43.371,00 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e um reais) ocupando 67,10% do valor total do financiamento. Este valor fica diretamente com a empresa.

Os 32,9% são distribuídos em parcelas que são liberadas pelo agente financeiro mediante laudo apresentado pela empresa. Esses valores são referentes à mão de obra, mas muitas vezes é utilizado na aquisição de insumos e materiais que não foram contemplados no financiamento e que são muito necessários.

Cabe ressaltar, que das regras impostas pela empresa consta a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), pois as mesmas regras aplicadas à empresa são aplicadas aos agricultores “parceiros”, pois suas áreas findam sendo vistas como continuação da empresa.

Os EPI's exigidos são capacete, óculos de proteção, luva cano longo em couro, perneiras e chapéu árabe. Embora sejam exigidos, além da luva, nenhum outro item é financiado, e tem que ser adquiridos pelas famílias.

Os instrumentos de trabalho com o dendê, como o sacho e a rede de pesagem e a lona também são necessários, mas não são financiados, obrigando os agricultores a adquirirem esses materiais com seus escassos recursos.

Vimos que os termos do financiamento da cultura do dendê, pouco é interessante para os agricultores e ainda abre margem para aumentar os lucros da empresa, que passa a fornecer seus materiais e tem onde despejar seu excesso de mudas, ampliando ainda mais a reprodução de seu capital.

Além de o financiamento ser desvantajoso para os agricultores e as decisões sobre ele serem da empresa “parceira”, as famílias ainda tem que responder com produtividade, que é cobrada ao nível da produtividade da empresa, mesmo que os agricultores não disponham da mesma tecnologia e dos mesmos recursos.

A dívida alta, não há em geral para agricultores familiares cultura agrícola que seja financiada com esse valor, em geral os projetos que eles acessam são com valores bem baixos. Então a dívida e as metas de produção os preocupam muito. Na maioria das entrevistas que fiz essa aflição foi ressaltada.

Ainda que os técnicos da empresa cobrem uma produção de 25 toneladas por hectares, a série histórica da produtividade do dendê mostra que essa produtividade no Estado do Pará

nunca ultrapassou as 16 toneladas por hectare. Ou seja, a viabilidade do projeto foi calculada com base numa produtividade que não existe fora dos campos experimentais, e tem sido quarenta por cento abaixo do projetado, o que, na prática, pode acarretar a inviabilização do final do projeto.

Um dado que pode corroborar essa inviabilidade é que nos anos de 2017 e 2018 começaram a vencer os financiamentos e dos agricultores que plantaram em 2011 e 2012, respectivamente, dos agricultores que visitamos nos municípios de Acará, Concórdia e Tomé-Açu, um total de 55, nenhum teve condições de quitar a parcela de aproximadamente R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e renegociaram a dívida, alguns para pagamento no ano seguinte outros conseguiram mais quatro anos de carência. Esses agricultores haviam financiado seus projetos de investimento com juros de 2,5% a.a, e na renegociação passaram a pagar juros de 5,5% a.a, o que é bastante interessante para o banco e mais um vilipêndio dos agricultores.

“PRA TODO LADO É SOFRIMENTO”

A frase que abre esta seção foi proferida por um agricultor ao comparar a vida na época em que cultivava mandioca como o principal produto da família e a vida atual como produtor de dendê. Diz que passou a plantar dendê convencido pelas promessas de que o dendê daria resultados mais satisfatórios que a mandioca, possibilitando à família usufruir de uma renda que melhorasse seu padrão de consumo e conforto, mas o que ele viu foi “a roça já dava trabalho, o dendê dá o dobro”.

É verdade que nem todos os agricultores que entrevistamos estão insatisfeitos com o resultado que vem obtendo da cultura do dendê. Não por falta de motivos para reclamar, como atraso na entrega do adubo, atraso no pagamento da produção, atraso na busca do fruto na casa do agricultor, custos elevados da cultura, preço baixo do quilo do fruto, mas por ainda estarem confiantes de que chegaram às margens produtivas prometidas e por terem mensalmente uma renda que ainda está livre de outros custos, como o pagamento da parcela do financiamento, por exemplo.

Contudo, a cultura do dendê demanda trabalho constante e árduo. Os quatro primeiros anos, diz a pesquisa e agricultores que já passaram por essa fase, são de trabalho muito intenso. A partir do quarto ano, com mais ênfase a partir do quinto ano de plantio os tratos culturais passam a ser menos frequentes, em contrapartida o trabalho com a colheita aumenta, pois a produtividade é maior.

Ao trabalho árduo os agricultores estão acostumados desde a mais tenra infância, quando começa o processo de socialização e aprendizagem, o que difere em relação ao dendê é que agora eles têm uma dívida a quitar, cumprir metas e produção e ainda adequar-se à agenda da empresa. Esse novo quadro que agora tem que se adaptar, muda o modo como se organizavam até então, e isto mexe com a organização do trabalho e da produção da família, que passa a se organizar em torno da produção do dendê.

Certa vez ouvi o depoimento de um agricultor da comunidade Arauaí no município de Moju-PA, que ao chegar ao plantio, diante de um trabalho tão exaustivo, jogou a água da garrafa fora e foi embora. Relatou que depois refletiu, ele já havia feito um financiamento, agora teria que honrar com seu compromisso, caso contrário não estaria ensinado uma boa lição aos filhos.

Desistir e voltar a palavra não era uma opção a ser considerada. Semelhante ao caso do agricultor do Arauaí, citado anteriormente, as famílias do Assentamento Taperuçu têm trabalhado arduamente nesses primeiros anos. Um dos interlocutores chegou a citar que às vezes o corpo “tá que não aguenta”, mas pensam no compromisso, e que cada hora perdida, são toneladas a menos na produção.

Se estão trabalhando além da exaustão é porque estão confiantes nos resultados da produção. Um dos agricultores afirmou que para trabalhar com o dendê “o cabra tem que ter sangue nos olhos”. Agricultores que já estão com o dendezal adulto costumam relatar que a partir do quinto ano o manejo com a cultura é mais fácil, menos pesado, a demanda de trabalho diminui.

Todavia, ao mesmo tempo em que as operações de manejo reduzem, o corte dos cachos aumenta porque aumenta e muito a produtividade e onde se carregava dez-doze toneladas, passa-se a quarenta-cinquenta e isto tudo manualmente, com cachos ultrapassando os trinta quilos. A produtividade é algo bom e desejado, o problema para os agricultores é que lhes falta recursos para investir em maquinários, então o carregamento dos frutos é feito em lombos de animais, carroças, tudo muito manual, o que torna a rotina mais árdua e pesada.

Nos tratos culturais, os membros das famílias trabalham de acordo com suas disponibilidades, principalmente no segundo turno de trabalho. No corte dos cachos toda a família é envolvida e é a atividade que mais demanda mão-de-obra externa. Para as famílias que tem o dendê bem próximo às residências, a condução do processo pareceu mais tranquila. Isso porque eles podem estender as horas de trabalho, e em dias que escurece mais tarde “varam a noite roçando”.

Para os técnicos, embora o dendê demande muito trabalho, no Assentamento Taperuçu as famílias vêm tendo dificuldades em manter os dendezais e trabalhando muito mais horas e dias por semana do que seria necessário, por falta de organização do trabalho (se referindo à distribuição de dias dedicados a determinadas atividades) e a falta de união das famílias, que não se ajudariam na condução do dendê. No mínimo desrespeitosa essa consideração, pois as famílias que plantaram dendê estão aprendendo a trabalhar com a cultura, estão tendo que docilizar seus corpos para os tratos culturais e corte. Ao contrário do que diz a empresa Biopalma, os agricultores organizam sim seu trabalho, mas ao seu modo.

Como disse um dos agricultores: “Só com a nossa força, não dá pra fazer do jeito que os técnicos querem. Eles chegam aqui e exigem que se trabalhe de um jeito e de outro, mas, eu não tenho como, sou praticamente sozinho”.

Ainda que os resultados não sejam favoráveis, muitos afirmaram estar confiantes, pois alguns vem conseguindo, e relatos como o que transcrevo a seguir são comuns: “Andei por ali todos eram pobres, plantaram dendê; agora tão com casinha boa e carro na porta”. Esses exemplos de sucesso são em geral vagos e de se ouvir falar, quando a pessoa é próxima e está tendo uma produção boa, o comentário gira em torno de “fulano se deu bem, ciclano está bem”, notícias estas veiculadas pelos próprios técnicos das empresas.

Sempre que os agricultores reclamam das condições de trabalho a empresa é enfática em cobrar e exemplificar outras pessoas que conseguiram. Se fulano consegue, porque vocês não conseguem?! Os agricultores convidam a empresa a refletir sobre as diferenças nas condições financeiras das famílias consideradas modelo e ainda nas condições do solo.

A empresa não aceita tais argumentos nem relativizações. Um dos agricultores tidos como modelo na produtividade é o senhor Raimundo Lopes dos Reis, agricultor de Concórdia do Pará, que segundo relatório apresentado por Verena Glass da ONG Repórter Brasil (2013), estava muito satisfeito com a produção do dendê.

Na mesma publicação a autora faz uma conta rápida dos custos do agricultor com a cultura, e mostra que mesmo ele chegando a uma renda de R\$ 1.800,00/mês, contabilizava prejuízos de mais de R\$ 700,00 ao mês.

Um dos interlocutores afirmou que hoje não plantaria o dendê, mas agora já não tem mais como voltar atrás. Esse agricultor em questão tem os maiores índices de produtividade no Assentamento Taperuçu, mas a renda gerada com o dendê não tem sido suficiente para suprir as necessidades de sua família, composta por nove pessoas, três adultos, três adolescentes e três crianças.

A empresa ignora as peculiaridades de cada família e faz muita pressão por produtividade. Contudo, o rendimento do trabalho na agricultura familiar não pode ser mensurado em níveis empresariais, e como já tratamos, a produtividade cobrada não tem sido factível nem para as empresas. Adicione a isto o fato de que, embora venham se dedicando quase integralmente ao trabalho no dendê, as famílias não vivem com exclusividade para o dendê, nem trabalham para cumprir meta de rendimento Homem/Dia.

Embora já se preocupem com o tempo e por isso trabalhem muitas horas por dia, como acompanhamos o trabalho por eles realizado tem um grau de envolvimento e de cuidado que demanda muito mais tempo de realização, até porque eles não realizam uma única atividade, a sua atuação é muito mais sistêmica.

Contabilizando o rendimento das empresas versus o rendimento do trabalho realizado pela agricultura familiar, vemos que não há grandezas que consigam extrair uma razão, pois a organização do trabalho difere muito, de uma pra outra.

Quadro 1. Rendimento do trabalho empresarial versus agricultura familiar

Atividade	Empreiteiras/ empresa	Estudos para a AF	Agricultores Taperuçu
Coroamento manual	0,83 ha H/D	0,4 ha H/D71	0,12 ha H/D
Rebaixo manual	0,72 ha H/D	0,72 ha	Não conseguem contabilizar
Adubação	3,12 ha H/D	5,59 ha H/D72	Não conseguem contabilizar

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Os agricultores não conseguem contabilizar o tempo que gastam no rebaixo e na adubação porque em geral conjugam essas duas atividades, bem como outras, como a poda de limpeza. Além do que entre o início e o término dessa atividade passam-se meses. Em geral quando limpam a última fileira, a primeira que limpam já se encontra no mato e eles recomeçam todo o trabalho.

Devido a essa demanda constante de trabalho, no qual as famílias se revezam entre o corte, adubação e tratos culturais, muitas famílias têm ou deixado de plantar a roça de mandioca, ou reduzido as áreas de plantio. As atividades no dendê ocupam a semana inteira das famílias, chegando algumas a trabalharem até o domingo, no caso das semanas em que está ocorrendo o corte dos cachos.

Quando estivemos no assentamento Tapuruçu, construímos junto com os assentados um cronograma de trabalho, que representa uma média de como vem sendo a distribuição das atividades num dado mês. Com algumas variações, para um dia a mais ou a menos, em geral esse cronograma é fiel à distribuição do trabalho das famílias (referência Junho-Novembro de 2014).

Quadro 2. Distribuição do trabalho no dendê/ocupação da mão de obra

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.
	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.
	29.	30.	31.				

Corte

Tratos culturais

Biopalma busca a produção

O modelo pensado pelos agricultores na “parceria” foi aquele que o agricultor mantinha seus cultivos. O dendê passaria a ser um componente no sistema de integração, mas com as condições dadas e com os dez hectares impostos, essa diversificação fica como um tipo ideal para muitas famílias.

Até os agricultores mais entusiasmados com o dendê, veem com preocupação a não continuidade dos cultivos anuais: “eu sonhava, com os agricultores, essa forma de dendê: Dendê com as culturas que nós já conhece (...) hoje nós sente uma visão diferente. Nós quer plantar a mandioca?! Dá de plantar! Mas, se você for plantar a mandioca, você arranca o dendê”.

De acordo com o interlocutor citado anteriormente, o trabalho que o dendê demanda é incompatível com a continuidade do plantio da mandioca. No caso da família dele, a mão de obra disponível é a sua, de sua esposa e de um filho adolescente; verificamos que a família continua com o cultivo da roça³, mas a diversificação diminuiu, bem como o tamanho da área.

3 O termo roça na Amazônia é polissêmico. No artigo e para os agricultores com os quais estou trabalhando é o cultivo de mandioca, acrescido de arroz, milho, feijão, abóbora, maxixe, etc. Há uma infinidade de cultivos que são plantados na mesma área que a mandioca. Muitas vezes pesquisadores que não conhecem as peculiaridades da produção e da língua, acabam registrando apenas o cultivo de mandioca, pois como cultura principal ela acaba ofuscando as demais, que chegam às vezes até não ser consideradas pelos próprios interlocutores. Como já conheço bem essa realidade costumo perguntar "e na roça, além da mandioca planta o que?" e daí

No ano de 2014 plantaram na roça apenas feijão, as demais culturas alimentares não foram mais possíveis de continuar cultivando, embora permaneçam com a criação de pequenos animais. Verificamos que o mesmo vem ocorrendo com agricultores de outra região:

era acostumado a mexer com dez tarefas... agora eu não posso fazer muito, tenho muito trabalho no dendê (...) naquela época [se referindo antes do plantio do dendê] a gente fazia 10 tarefas, 08 tarefas de roça, metia o arroz, metia o milho, dava uma ajuda. A gente tinha o feijão e hoje a gente não mexe. Por quê? Porque tem uma mão de obra muita [se referindo ao trabalho no dendezal] (Pesquisa de campo, janeiro de 2014).

Já em visita a um agricultor em Tomé-Açu, ele mostrou diversas áreas com sistemas agroflorestais. Ao todo tem cultivados doze hectares e meio entre frutíferas e essências florestais. Inclusive no meio do dendê ele implantou diversas culturas, entre elas pimentado-reino e banana. Mas nesse caso, ele já vinha cultivando as áreas bem antes do dendê e por se tratar de culturas perenes, a introdução do dendê não impactou negativamente nessa produção.

O DESENVOLVIMENTO AINDA POR VIR

Além das questões que envolvem o trabalho das famílias, o impacto negativo na produção de alimentos, a expansão da dendeicultura também atinge outras famílias que não estão ligadas diretamente aos empreendimentos.

Os efeitos negativos da expansão da dendeicultura começaram antes mesmo das empresas se instalarem no Pará. O PNPB, e mais acentuadamente o Programa Palma de Óleo, levou à especulação imobiliária, induzindo muitas famílias camponesas a perderam suas terras, outros foram se integrando, e ainda outros se empregando nestes empreendimentos, principalmente os mais jovens (ALMEIDA, MARIN, 2014; COUTO et al, 2012; NAHUM, BASTOS, 2014).

Ademais as questões ligadas à sustentabilidade da agricultura familiar há um intenso debate que envolve a questão ambiental e os direitos das comunidades e povos tradicionais. O despejo de produtos químicos nos rios e igarapés também tem sido denunciado por povos e comunidades tradicionais e alvo de ações do Ministério Público Federal (MPF) (COUTO et al, 2012; GLASS, 2013; MPF, 2014).

Em 2014 o Instituto Evandro Chagas detectou, em quatorze dos dezoito pontos analisados entre São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujaru e Acará, contaminação por agrotóxicos oriunda de plantios de dendê (MPF, 2014).

Além das questões ambientais, em 2013 o dendê foi incluído no rol das atividades que utilizaram trabalho escravo. Além desta denúncia que envolve não uma empresa produtora de dendê, mas um fazendeiro e político que produz dendê para comercializar a uma das empresas, também são alvos de denúncias e ações trabalhistas por utilizar de trabalho precário, geralmente efetuado por empresas terceirizadas.

os agricultores passam a enumerar o que plantam e outros chegam a dizer “todas essas nossas coisas” ou ainda “essas coisinhas”. Outra informação importante é que “essas nossas coisas” e “coisinhas” costumam ser plantadas por mulheres e crianças e estão fora do circuito da produção para venda, talvez também por isto que essa produção muitas vezes é ocultada e ignorada.

As empresas foram sucessivas vezes corresponsáveis pelas indenizações e reparo de danos a trabalhadores e trabalhadoras (VILMAR, 2014). Alvo de denúncias, a empresa Biopalma teve que paulatinamente substituir a mão de obra terceirizada por trabalhadores próprios.

Um estudo do Projeto Cartografia Social mostra a euforia, incerteza e preocupação que assola comunidades quilombolas dos municípios de Concórdia do Pará e Bujaru que estão na área de influência dos polos de produção da empresa Biopalma (ALMEIDA; MARIN, 2014).

Além da pressão e avanço sobre as terras tradicionais, o despejo de insumos químicos e agrotóxicos nos afluentes e no solo vem causando contaminação e prejudicando as atividades tradicionais de pesca, caça e a própria agricultura (ALMEIDA; MARIN, 2014).

Ressente-se da expansão da dendeicultura não ter contemplado um estudo de impacto ambiental e social. Ora, não houve este estudo porque a expansão da dendeicultura se afirma sobre o tripé economicamente viável, promotor da inclusão social e importante promotor da recuperação ambiental. O discurso tem se sobreposto à prática, e como já dissemos, se protegido sob o manto do discurso do desenvolvimento sustentável.

Um grande projeto de expansão implantado sob estes argumentos se reveste e se protege nestes discursos e segue na busca de continuamente desqualificar as denúncias que lhes são infligidas. No estudo acima citado, as famílias quilombolas atingidas mostram que o poder público tem sido extremamente complacente com as empresas e as tem defendido, além de não considerarem que a expansão da dendeicultura venha afetando negativamente a região, haja vista que o projeto chegou pelas mãos dos governos federal e estadual e foi vendido como um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo deste trabalho que os discursos de conservação da Amazônia não se sustentam na prática da expansão da dendeicultura. Prevalece ainda a visão de utilização dos recursos da região para a reprodução ampliada do capital.

Além disso, o projeto de inclusão social ligado à expansão da dendeicultura vem ocorrendo de modo que nos remete a níveis de expropriação assistidos na acumulação primitiva. A empresa vem se apropriando da terra, do trabalho e dos conhecimentos das famílias “parceiras”, sem lhes retribuir financeiramente. Ou seja, ela subordina o trabalho, apropria-se deste, mas não há uma relação de assalariamento, sob o pretexto de um contrato de compra e venda, ou como eles chamam, de “parceria”.

A esse processo David Harley (2003) chama de acumulação por espólio. Uma variável aperfeiçoada da acumulação primitiva que atua liberando ativos (inclusive força de trabalho) a custos muito baixos, estes ativos são apropriados pelo capital sobreacumulados, dando uso lucrativo.

O termo “parceria” e seu reforço não são utilizados ao acaso, mas serve a um projeto de fidelização por meio das estruturas e racionalidades próprias do campesinato, que tem sua lógica de ação muito ligada a práticas de reciprocidade positiva. Deste modo, a empresa tenta utilizar essa racionalidade a seu favor, tentando reforçar discursivamente, que aquela relação é entre parceiros e não meramente comercial.

As famílias, reiteradamente reivindicavam a parceria e afirmavam que aquela relação não era de parceria e rejeitavam uma relação meramente econômica. Embora se saiba que a integração é meramente econômica, camponeses e camponesas foram levados a esperar mais dessa relação.

Continuamente ouvimos os agricultores refutarem a parceria, “isso não é parceria”, “na parceria a gente conversa”, afirmavam que as imposições feitas pela empresa não se configuravam como parceria porque a parceria conhecida, entendida e praticada por eles tem o objetivo de buscar o melhor e do melhor modo para todos, e não se assenta em máximas como “os fins justificam os meios”, nem “amigos, amigos, negócios a parte”.

Sobre a expansão da dendeicultura servir ao desenvolvimento sustentável, vimos que não tem sustentação prática. Não podemos considerar extensas áreas de monocultivo como recuperação ambiental, tendo em vista que esses plantios utilizam muitos agrotóxicos e contaminam os solos, os mananciais, e vem afetando a saúde das pessoas, direta ou indiretamente, ligadas aos empreendimentos.

Não podemos considerar que houve inclusão social quando o capital cultural das pessoas é usurpado em favor da expansão de um capital que lhes é estranho, o capital industrial. Não podemos considerar que houve inclusão social quando as famílias vêm perdendo autonomia e soberania alimentar, pois tem abandonado seus roçados tradicionais devido ao trabalho com dendê e também devido ao percentual de área que sobra para o plantio de outras culturas.

O que vemos é que a expansão da dendeicultura, assim como outros projetos desenvolvimentistas que chegaram para a região, assenta-se em princípios que primam pela expansão do capital, abuso do poder econômico, desconsideram os direitos dos povos e comunidades tradicionais e se impõe na paisagem e na vida das pessoas, sem considerar a dimensão dos impactos sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. W. B. MARIN, R. A. (Coordenação). Quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará: Guerra ao Dendê. In *Boletim informativo Mapeamento social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais*. – nº 9. (set. 2014) Manaus: UEA Edições, 2014.
- ALTIERE, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 1ª edição. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre- RS, 2004.
- ANDRADE, L. G. Andrade, Lucia Gama de. *Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel: possibilidade e limites do desenvolvimento*. 2010, 105f. Dissertação de mestrado (Mestre em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém- PA, 2010.
- APTHORPE, R. Writing development policy and policy analysis plain or clear. In SHORE, C; WRIGHT, S. *Anthropology of policy: critical perspectives on policy and power*. London, Routledge, 1997. P. 43-58.
- ARAGÓN, L. E. *Amazônia: conhecer para desenvolver – cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRASIL. Decreto N° 5.297, de 6 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2004/dec5297.htm>, acesso em 14 de agosto de 2013.
- CASTRO, E. M. Desenvolvimento e Meio Ambiente. In João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão. *Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – SND*. São Paulo: Acquerello, 2012. 208 p. (Coleção Diálogos Interdisciplinares).
- CASTRO, Edna Maria Ramos, FIGUEIREDO, Silvio Lima, RIVERO, Sérgio Luiz de Medeiros, ALMEIDA, Oriana Trindade de. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre desenvolvimento. *Papers do NAEA* 379, Janeiro de 2018. Disponível em <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/457>>, consulta em 18 de janeiro de 2019.
- COSTA, F. A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. In: BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. *Desafios ao Projeto Amazônia*. Brasília: CGEE, 2009. p. 215-363.
- COSTA, F. A. *Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira*. Belém-PA. NAEA, 2012.
- COUTO, A. C. O; SOUSA, R.; MACEDO, C. O. A fronteira do dendê na Amazônia: o caso do Nordeste paraense. In XXII ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Minas Gerais, 2012, *Anais...* Uberlândia-MG, 2012.
- EMBRAPA. *Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal*. Embrapa Solos. Rio de Janeiro-RJ, 2010.
- GLASS, V. *Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará*. Centro de Monitoramento de

Agrocombustíveis. ONG Repórter Brasil. São Paulo- SP, 2013. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/recomendado/expansao-do-dende-na-amazonia-brasileira-elementos-para-uma-analise-dos-impactos-sobre-a-agricultura-familiar-no-nordeste-do-para-2/>, acesso em 22 de julho de 2014.

GOMES JÚNIOR, R. A. BARRA, V. R. Seleção de áreas aptas para o cultivo sustentável da palma de óleo. In Rui Alberto Gomes Júnior (org) *Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar*. Belém-PA. Embrapa Amazônia Oriental, 2010. Parte II, p. 03-12.

GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

HARVEY, D. Acumulação por via espoliação. In David Harley. *O novo Imperialismo*. São Paulo-SP. Edições Loyola, 2003. p. 115-148.

HOMA, A. K. O. Agroenergia: a entrada de um novo ciclo na Amazônia? In Rui Alberto Gomes Júnior (org) *Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar*. Belém-PA. Embrapa Amazônia Oriental, 2010. parte I, p. 03-12.

HOMA, A. K. O; VIEIRA. I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. Banco da Amazônia. *Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento*, v. 8, nº 15, julho-dezembro, 2012. p. 79-90.

HOMMA, A. K. O [et al]. *Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará*. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial*. Brasília-DF, 2010a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa Palma de Óleo*. Brasília-DF, 2010b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Portaria Nº 337, de 18 de setembro de 2015*. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Diário Oficial da União. Nº 181, terça-feira, 22 de setembro de 2015. Seção 1. Página 65.

MONTEIRO, K. F. G. *Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no estado do Pará*. 2013. Tese de doutorado (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia). Universidade Rural da Amazônia/ Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2013.

MPF. *Ação cautelar de antecipação de prova com pedido liminar*. Ministério Público Federal, Belém-PA, 2014. Disponível em <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/Acao-cautelar-pedido-inspecao-TI-Ture-Mariquita-analise-contaminacao-agrotoxicos.pdf>> acesso em 18 de Dezembro de 2014

NAHUM, J. S; BASTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 9, n. 17, abr. 2014. p. 469-485. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>> acesso em 13 de Setembro de 2014.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Programa Nacional de estímulo à produção de óleo de palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região. Tomé-Açu - PA, 06 de maio de 2010. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/06-05-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-estimulo-a-producao-de-oleo-de-palma>> acesso em 03 de setembro de 2015.

VILMAR, M. L. [et al]. *O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma de dendê no estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobrás combustíveis*. Relatório final. Instituto Observatório Social. São Paulo-SP, 2014.

WOORTMANN, K. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. In *Anuário Antropológico*. Editora UNB. Brasília-DF. 1988. p. 11-73.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília-DF. Editora UnB, 1997.